

**EMENDA N° 8 - Plan
(à PEC 82/2019)**

Dê-se ao art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição ° 82, de 2019, a seguinte redação:

Art. 1º

“Art. 60.

.....
§ 6º Somente nas hipóteses do § 4º será admissível a suspensão, por ordem judicial, da tramitação de proposição legislativa, na forma do art. 97.” (NR)

“Art. 93.

.....
XVI – nos julgamentos dos tribunais, formulado pedido de vista, esta deve ser concedida coletivamente a todos os membros do colegiado, pelo prazo estabelecido na lei processual, não superior a seis meses, assegurada nova concessão pelo prazo de até três meses sempre que houver divergência.

Parágrafo único. Em caso de não conclusão do julgamento no prazo do inciso XVI:

I - o processo será incluído automaticamente em pauta, sobrestando o julgamento do colegiado sobre todos os demais da mesma natureza, salvo por motivo justificado, assim reconhecido por dois terços de seus membros;

II – serão sobrestados todos os julgamentos do colegiado após um ano da concessão de pedido de vista.” (NR)

.....
“Art. 97.

§ 1º O disposto no caput aplica-se às decisões de natureza provisória que, de qualquer forma, suspendam, com efeitos erga omnes, com ou sem redução de texto, a eficácia de lei, vedada, sob pena de nulidade, sua concessão por decisão monocrática.

§ 2º Formulado, durante período de recesso, pedido de cautelar ou de qualquer outra decisão cujo atendimento implique, com ou sem redução de texto, a suspensão da eficácia de lei ou ato normativo nos termos do § 1º, o Presidente do Tribunal, no

Recebido em 7/8/19
Hora: 19:36
Carolina Monteiro Duarte Mourão
Matrícula: 231013 SLSF/SGM



caso de grave urgência ou perigo de dano irreparável, poderá decidir monocraticamente, devendo o Tribunal deliberar sobre essa decisão em até 30 dias após o reinício das atividades do Poder Legislativo, sob pena de perda de sua eficácia.” (NR)

“Art. 102.....

§ 6º Somente na forma dos §§ 1º e 2º do art. 97 pode ser proferida decisão em processo em andamento no Supremo Tribunal Federal que, alternativamente, em caráter geral:

- I - afete políticas públicas; ou
- II - crie despesas para qualquer Poder, inclusive as decorrentes de concessão de aumentos ou extensão de vantagens ou pagamentos de qualquer natureza.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo aperfeiçoar a proposição, no sentido de compatibilizar o intento de evitar a protelação de julgamentos por meio de pedido de vistas, com a necessidade de debates e do convencimento entre os pares do Colegiado.

Vislumbra-se aqui, a possibilidade de, após um pedido de vistas e apresentação de voto divergente, os demais membros do colegiado analisarem os novos argumentos e fundamentos a fim de formar ou revisar sua convicção. Sem considerar este dado extremamente relevante para a dinâmica das decisões dos tribunais a presente Proposta de Emenda à Constituição pode representar grande retrocesso para o sistema de justiça.

Por via de consequência, não se pode atribuir efeito de nulidade de um julgado, com consequências aplicadas a relações jurídicas estranhas, pelo eventual descumprimento das normas que regem a pauta do órgão colegiado.

Além disso, busca-se efetivar um equilíbrio entre a atuação de um membro do Tribunal frente deliberações colegiadas tomadas pelo Poder Legislativo, nesse sentido, impede-se que decisão judicial interfira na tramitação de proposições, exceto, em caso de cláusulas pétreas.



SF/19876.98137-28

Página: 2/4 07/08/2019 16:00:39

145edc36826763775a5982eee8e49750bdfa4277



Do mesmo modo, o estabelecimento de prazo deve ser dotado de rigidez suficiente para dotar de eficiência a atuação do sistema de justiça, o que se alcança por meio de normas que incidam diretamente na organização da pauta do colegiado. Cria-se assim um sobreestamento progressivo da pauta, inicialmente dos processos de mesma natureza e, posteriormente, de todos os processos a serem analisados pelo colegiado.

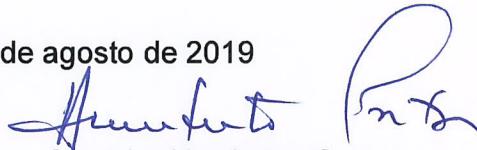
Com a mudança afasta-se inconstitucionalidade de que decisões tribunais sejam anuladas por fatores exógenos às relações jurídicas entre as partes, ou mesmo, por fatos que não deram causa. Ademais, insubstancial o interesse jurídico para que terceiro proponha a anulação de julgamentos de processos de terceiros por violação à pauta do tribunal.

Foram, ainda, ajustadas terminologias, a fim de harmonizá-las às já existentes na legislação processual civil.

Registro, ainda, que é de todo necessário que a matéria conte com mais contribuições e reflexões do meio acadêmico de membros do sistema de justiça, entre eles, representantes da magistratura, advocacia, ministério público, defensorias públicas, e organizações da sociedade civil voltadas para o debate da eficiência deste sistema.

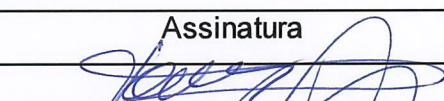
Espera-se, portanto, que com essa emenda também se oportunize a ampliação do debate.

Senado Federal, 07 de agosto de 2019



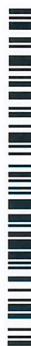
Senador Humberto Costa

(PT-PE)

Nome do Senador	Assinatura
1. Paulo Paim	
2. Cel. 19º R. P. M.	
3. Jorginho Meio	
4. Flávio Arns	
5. Renato de Rodrigues	
6. Oriovisto	
7. Eduardo Góes	
8. Rodolfo Cunha	



9.	
10.	
11.	Pedro Rotta
12.	Fernando Lobo
13.	PTO Munoz
14.	J P PRATT
15.	EDUARDO BRAIA
16.	RENAN ALMEIDAS
17.	Ronaldo Júnior
18.	José Maranhão
19.	Antônio WAGNER
20.	Maísa Gomes
21.	Zanini Esai
22.	Afir
23.	Flávio Coutinho
24.	José Maranhão
25.	Guilherme
26.	Rogério Correia
27.	Elegiane Gorro
28.	
29.	
30.	
31.	
32.	
33.	
34.	
35.	
36.	



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA (por ordem alfabética)

- Acir Gurgacz* (PDT-RO)
- Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)
- Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)
- Angelo Coronel** (PSD-BA)
- Antonio Anastasia* (PSDB-MG)
- Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)
- Carlos Viana** (PSD-MG)
- Chico Rodrigues** (DEM-RR)
- Cid Gomes** (PDT-CE)
- Ciro Nogueira** (PP-PI)
- Confúcio Moura** (MDB-RO)
- Daniella Ribeiro** (PP-PB)
- Dário Berger* (MDB-SC)
- Davi Alcolumbre* (DEM-AP)
- Eduardo Braga** (MDB-AM)
- Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)
- Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)
- Elmano Férrer* (PODEMOS-PI)
- Esperidião Amin** (PP-SC)
- Fabiano Contarato** (REDE-ES)
- Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)
- Fernando Collor* (PROS-AL)
- Flávio Arns** (REDE-PR)
- Flávio Bolsonaro** (PSL-RJ)
- Humberto Costa** (PT-PE)
- Irajá** (PSD-TO)
- Izalci Lucas** (PSDB-DF)
- Jader Barbalho** (MDB-PA)
- Jaques Wagner** (PT-BA)
- Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)
- Jayme Campos** (DEM-MT)
- Jean Paul Prates* (PT-RN)
- Jorge Kajuru** (PSB-GO)
- Jorginho Mello** (PL-SC)
- José Maranhão* (MDB-PB)
- José Serra* (PSDB-SP)
- Juíza Selma** (PSL-MT)
- Kátia Abreu* (PDT-TO)
- Lasier Martins* (PODEMOS-RS)
- Leila Barros** (PSB-DF)
- Lucas Barreto** (PSD-AP)
- Luis Carlos Heinze** (PP-RS)
- Luiz do Carmo* (MDB-GO)
- Mailza Gomes* (PP-AC)
- Major Olímpio** (PSL-SP)
- Mara Gabrilli** (PSDB-SP)
- Marcelo Castro** (MDB-PI)
- Marcio Bittar** (MDB-AC)
- Marcos Rogério** (DEM-RO)
- Marcos do Val** (CIDADANIA-ES)
- Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)
- Mecias de Jesus** (PRB-RR)
- Nelsinho Trad** (PSD-MS)
- Omar Aziz* (PSD-AM)
- Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
- Otto Alencar* (PSD-BA)
- Paulo Paim** (PT-RS)
- Paulo Rocha* (PT-PA)
- Plínio Valério** (PSDB-AM)
- Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
- Reguffe* (S/Partido-DF)
- Renan Calheiros** (MDB-AL)
- Roberto Rocha* (PSDB-MA)
- Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
- Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
- Rogério Carvalho** (PT-SE)
- Romário* (PODEMOS-RJ)
- Rose de Freitas* (PODEMOS-ES)
- Sérgio Petecão** (PSD-AC)
- Simone Tebet* (MDB-MS)
- Siqueira Campos** (DEM-TO)
- Soraya Thronicke** (PSL-MS)
- Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
- Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
- Telmário Mota* (PROS-RR)
- Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
- Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
- Wellington Fagundes* (PL-MT)
- Weverton** (PDT-MA)
- Zenaide Maia** (PROS-RN)
- Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

27 ag 19 14:00.

